

OS DESAFIOS DA RECRIAÇÃO CAMPONESA ATRAVÉS DE UMA NOVA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NAS COMUNAS DA TERRA

Yamila Goldfarb – Universidade de São Paulo
yamilamata@yahoo.com.br

“Nenhuma revolução social pode ter êxito sem uma revolução conscientemente espacial.”

(Amélia Luisa Damiani)

Esta pesquisa parte do desejo de se buscar os caminhos de superação dos processos de expropriação, espoliação e exploração que marcam a sociedade brasileira. Passa pela busca do entendimento acerca da produção e reprodução do espaço urbano através da luta dos movimentos de moradia o que permitiu a compreensão de que a superação desses processos só se daria se houvesse uma transformação radical na lógica que rege a reprodução do espaço, o que apontava para a necessidade de uma mudança no sentido e no valor atribuído à propriedade privada da terra como forma de reprodução de capital. A partir desse entendimento, esta pesquisa acabou por se deparar com o fato de que os caminhos para essa superação não se encontravam apenas no urbano, mas também e principalmente, no campo. Haja visto que é justamente no meio rural, ou melhor, a partir de reivindicações do campo, como terra, fim dos latifúndios e reforma agrária, que surgem movimentos sociais de maior expressividade que irão questionar a lógica de reprodução espacial. Não que movimentos sociais urbanos, como os de moradia, não questionem a lógica da reprodução do espaço urbano. Pelo contrário e a prova é o Estatuto da Cidade, uma Lei Federal que foi resultado da organização e articulação com outros setores desses movimentos sociais urbanos. O Estatuto traz justamente, instrumentos públicos para regular o uso e ocupação dos espaços das cidades com o intuito de fazer cumprir a função social da propriedade e o direito à cidade. No entanto, infelizmente, esses movimentos urbanos não conseguem se contrapor à produção e reprodução dos espaços da cidade que servem à produção e acumulação do capital. A voracidade desse processo nas cidades é tamanha que chega a dificultar muito os processos que se contraponham a essa lógica. Não cabe, por hora, analisar o porquê disso. A questão parece ser que os movimentos sociais do campo conseguem questionar a lógica da produção e reprodução do espaço ao compreenderem a necessidade de questionamento do próprio modelo de desenvolvimento econômico. Inevitável então, a aproximação com movimentos sociais rurais e com suas propostas para a superação da expropriação, espoliação e exploração das populações subalternas. Propostas estas que vão além de utopias da forma espacial ou aparente solução de demandas imediatas. São projetos de sociedade, de novas subjetividades, de novas relações com o trabalho, de novos modelos econômicos. Uma dessas propostas acabou por se definir como objeto de estudo desta pesquisa: trata-se de um novo modelo de assentamento rural elaborado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, chamado Comunas da Terra. Não apenas seu significado para o Movimento e a implementação em si da proposta, mas toda a discussão que, a partir dela, podemos realizar tanto no que se refere à superação para além do campo das estratégias de luta do Movimento, como no que se refere aos desafios que esse novo projeto enfrentará enquanto aposta na recampesinização e na construção de novas relações campo-cidade, são

o foco desta pesquisa. Isso porque as Comunas da Terra trazem como principal característica, o desafio de serem assentamentos formados por populações vindas essencialmente dos grandes centros urbanos e localizarem-se próximas a estes. Vejamos um pouco da conjuntura em que surge essa proposta:

Até o início dos anos 90, a questão da reforma agrária girava em torno do debate acerca do que eram terras produtivas, improdutivas e das desapropriações, pois era entendida como eliminação dos latifundiários enquanto classe e enquanto divisão das terras que eles controlavam. Mas, numa política econômica em que para se honrar os compromissos do capital financeiro, o governo precisa obter saldos positivos na balança comercial, o agronegócio acabou por se tornar um dos principais sustentáculos dessa política, já que o superávit primário se obtém com a exportação de produtos agrícolas. Diante desse quadro, os latifúndios improdutivos têm encontrado um modo bastante rentável de sair dessa classificação, o que têm permitido a setores da sociedade, afirmar que a reforma agrária já não é mais necessária. Ainda que possamos questionar a dita produtividade do agronegócio, o que importa é o fato de que esse setor se alia com o governo, com o setor financeiro e com a mídia de tal modo que faz crer a sociedade do seu papel magicamente eficiente para a economia do país.

Claus Germer defende a idéia de que para a burguesia nacional, a Reforma Agrária não seria mais necessária, pois o Brasil já teria feito sua transição da situação de pré-capitalismo para o capitalismo sem dela prescindir. Não interessando mais à burguesia brasileira, o projeto de Reforma Agrária teria entrado em colapso. É baseando-se nessas idéias, que o Movimento afirma a necessidade de se realizar uma luta ideológica e de encontrar os “novos” interessados pela Reforma Agrária, que hoje já teriam migrado para, ou mesmo nascido nos grandes centros urbanos. Por isso a aproximação com movimentos sociais da cidade.

Tomo a liberdade de transcrever um trecho da entrevista de 21 de setembro de 2005 que João Pedro Stédile deu a Carta Capital:

“... A nossa sorte é que nós, ao longo destes anos, construímos um projeto ideológico. Não fica só na luta corporativa de “quero terra”. E isso permite ter consciência suficiente de perceber que a própria reforma agrária não tem viabilidade se não se der dentro de um novo projeto. O qual impõe a aliança com os movimentos sociais da cidade. Parte da nossa energia se destina a construir essa unidade com os outros. Na nossa avaliação, hoje o alvo principal é a juventude das grandes cidades. Não mais o operariado industrial, que está debilitado e destruído política e ideologicamente...”

Além disso, existem outros fatos que demonstram a tentativa de união entre diversos movimentos, rurais e urbanos:

Primeiro, a constituição da CMS - Coordenação dos Movimentos Sociais, que segundo João Pedro Stédile, trata-se de um novo movimento que articula desde as pastorais sociais até a CUT num grande mutirão plural, frente à identificação que o problema fundamental da população brasileira, assim como a causa da pobreza, é a falta de emprego e trabalho.

Segundo, a constituição em 1999 do MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados - durante o Seminário Estadual da Consulta Popular, do qual participaram representantes da Via Campesina, da Federação dos Metalúrgicos e outras lideranças. O MTD tem como objetivo mobilizar e articular os trabalhadores desempregados do país. Segundo integrante da coordenação nacional do movimento e um

de seus fundadores, Mauro Cruz, o MTD nasceu da necessidade de se criar um movimento urbano de massas para mobilizar o povo da cidade na busca por moradia, emprego e que também pudesse dialogar com os movimentos do campo. Para Mauro, justamente nas cidades, onde se concentram as massas, os movimentos organizados não davam conta de um projeto articulado com as áreas rurais. Por isso, decidiu-se organizar um movimento urbano de massas que nascia já articulado com os movimentos do campo. Nas frases de Mauro Cruz: *“Nascemos com a reivindicação de trabalho, terra e teto. Junto com isso, a reivindicação das frentes emergenciais de trabalho. Nossas bandeiras de lutas são os assentamentos rururbanos, que resolvem a questão do teto, da produção da comida e de espaços para organizar grupos de produção, também urbanos.”*

Esse é o quadro em que nascem as Comunas da Terra, um quadro de unificação e experimentação de novas formas de luta.

É preciso compreender então este projeto, enquanto uma aposta do Movimento, consciente ou não, na campesinidade e na possibilidade de campesinização e recampesinização, isto é, na criação e recriação camponesa através da luta pela terra enquanto proposta política.

“A campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. Estes podem apresentar um maior ou menor grau de campesinidade segundo a trajetória de vida de cada um e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista.” (Marques, 2002)

E de fato, as Comunas da Terra têm, segundo o Movimento, a missão de absorver o proletariado expropriado num claro objetivo de recampesinização. Mas é interessante notar que isso vem se realizando não na concepção tradicional do campo nostálgico e sim de um novo campo, redefinido por uma relação mais íntima com a cidade. Isto é, numa síntese inovadora que surge como fruto de processos tanto do campo como da cidade, e que talvez represente uma resposta ao processo contínuo de expropriação espacial em que a reprodução da nossa sociedade (e de nossas cidades) se baseia.

O que se nota nas entrevistas e mesmo no contato desenvolvido com o tempo, nesse processo de recampesinização não ocorre uma “volta” à campesinidade de antes. “Aquele caipira perdido no meio do mato com a enxada na mão”, como costuma ser expresso pelos próprios acampados e assentados das Comunas da Terra.

A Comuna da Terra é uma aposta na possibilidade de recampesinização acompanhada de modernização das técnicas, de melhoria das habitações, de maior e melhor infra-estrutura dos assentamentos, de uma vida cultural com elementos tradicionais junto a elementos da cultura urbana. Enfim, trata-se de um novo campo no qual “ modernização e libertação popular tem de vir juntas”. (Harvey, 2005)

Esse novo projeto de assentamento rural, resultado e resposta à crise das cidades e também alternativa para a viabilidade econômica de assentamentos pautados nos modelos convencionais, traz novos elementos para pensarmos a relação campo-cidade no sentido da superação dessa própria dicotomia (tanto do ponto de vista espacial como cultural), mas não da anulação das diferenças, muito pelo contrário, já que funciona justamente como uma tentativa de recampesinização dessas pessoas. Se por um lado diminui a distância entre espaços rurais e urbanos ao mesmo tempo em que é síntese desses

dois espaços, por outro reafirma a defesa de um modo de vida camponês mas sem negar o modo de vida urbano. No mesmo sentido, defende o espaço rural e a natureza, mesmo que introduzindo elementos urbanos a essa paisagem agrária: vias de circulação, saneamento básico, luz, sistemas de comunicação, incluindo telecentros, quadras de esportes, anfiteatros para eventos culturais e encontros da própria comunidade, etc.

A própria cidade, seus espaços e sua população estão sendo incorporadas na luta pela Reforma Agrária. Não apenas pelas características das pessoas que compõem esses assentamentos e acampamentos, mas porque eles localizam-se em áreas que poderíamos até chamar de vazios urbanos, como é o caso do Acampamento Irmã Alberta, numa área de 120 hectares em Perús, Município de São Paulo.

“A cidade é hoje palco e lugar das lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão da cidade passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo... A cidade e o campo estão unidos dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta.” (Oliveira, 2004)

Para compreender esse processo, é preciso entender o poder e o papel da luta pela cidade na disputa por um outro modelo de desenvolvimento, enquanto estratégia que abre terreno para um momento de ruptura mais radical no futuro. Ruptura essa que precisará de uma revolução conscientemente espacial para se realizar.

A proposta de Comunas da Terra é resultado também do próprio amadurecimento das discussões acerca de novas formas de assentamento dentro do Movimento e isso é demonstrado pelo simples fato de o termo utilizado não ser modelo, mas sim proposta. Em cada região, essa proposta pode ganhar formas distintas, já que ela se baseia em princípios e não formas em espaciais ou organizações sociais fechadas. Por isso não é um modelo que deve ser trasladado de uma região a outra tal e qual, mas sim uma série de diretrizes que podem ser combinadas de diferentes formas, conforme as diferentes realidades. Vejamos:

De forma sucinta, a proposta consiste em criar comunidades de economia camponesa próximas aos grandes centros urbanos. Para tanto, elas se organizam em lotes pequenos, de dois a cinco hectares por família, cuja situação jurídica com relação à terra será de concessão ou permissão de uso, coletivo ou familiar. O projeto visa voltar sua produção para a segurança alimentar das famílias e para o abastecimento das cidades vizinhas (com produtos hortifrutigranjeiros), mas também para o oferecimento de outros serviços como lazer, através do turismo rural, ou ensino, através da sua constituição enquanto espaços de formação. A produção não agrícola também é outro elemento importante desta proposta. Atividades como marcenaria, artesanato, paisagismo etc são possibilidades de absorção de uma população jovem que não mais tem interesse nas atividades agrícolas tradicionais.

Um dos elementos mais importantes dessa proposta, é o fato dela visar a inclusão de segmentos da população marginal das cidades, o que significa que não engloba apenas camponeses expropriados da terra, mas também pessoas que não necessariamente têm uma história recente, diretamente ligada ao campo. Compõem esses assentamentos e acampamentos camponeses que tiveram que deixar o campo, bóias-frias que foram às cidades em busca de melhores oportunidades, ex-presidiários, ex-prostitutas, ex-moradores de albergues, ex-trabalhadores em situação de rua, desempregados e subempregados.

Em suma, o proletariado expropriado que, em grande parte dos casos, foi também o camponês expropriado. Isto porque esse proletariado é, na maioria dos casos, o camponês que migrou para as cidades, mas que mantém o vínculo com o campo através de relações familiares e através de sua própria história. Isso explica em grande parte, a presença e permanência de princípios e valores que remetem a uma moral e uma lógica tradicionalmente camponesas. (Marques, 2002)

Levantemos mais alguns pontos importantes dessa proposta:

Com relação à produção, a proposta se baseia no seu beneficiamento em pequenas agroindústrias e na comercialização direta, agregando valor à produção excedente para o comércio, o que pode possibilitar maior viabilidade econômica para o assentado. Outras atividades também fazem parte da proposta da Comuna da Terra, como a produção de móveis, cerâmicas ou fitoterápicos, por exemplo. Vale, no entanto, destacar a importância atribuída ao beneficiamento da produção nas Comunas da Terra, pois, segundo Matheus, é ela que permitirá a obtenção de uma renda significativa em lotes pequenos e garantirá a autonomia do assentamento.

Com relação à propriedade da terra, o Movimento tem a preocupação de que ela seja um bem comum e não propriedade privada. Para tanto, o seu uso pode ser exercido de forma familiar, associativa, cooperativista, por empresa comunitária ou por empresa pública, de acordo com as necessidades de cada região mas sem permissão ou direito à venda ou arrendamento. O que começa a ser colocado, é que essa posse passe a ser coletiva, em nome de uma instituição jurídica representativa das famílias e não no nome de pessoas físicas. E que ela permaneça enquanto seção de uso, sem se tornar um título de propriedade.

Essa questão é mais relevante do que pode parecer num primeiro momento. No corte dos lotes, isto é, no parcelamento da área do assentamento, existe a possibilidade de se realizar uma divisão diferente em cada assentamento, dependendo do número de famílias, das características físicas (tipo e qualidade do solo, relevo, disponibilidade de água, presença de mata nativa, nascentes, vias de acesso etc.) e também dependendo da característica das famílias (número de membros, idade dos membros e projeto produtivo destes). Todos esses fatores irão determinar como será cortada a área. A possibilidade da posse ou seção de uso coletivas possibilita maior flexibilidade na forma em que se dará esse corte e talvez a possibilidade até mesmo de que esse corte seja modificado com o passar do tempo. Ao mesmo tempo, o fato de a terra ser, pelo menos em parte coletiva, estimula a cooperação em momentos do processo produtivo.

Isso é colocado, segundo o Movimento, como uma maneira de impedir que a terra seja vendida, ou então que as famílias se individualizem em demasia. No entanto, acredito que seja necessário também, compreender que a questão da propriedade na estrutura familiar camponesa não se dá no sentido da propriedade privada que é utilizada para gerar mais valor ou explorar a força de trabalho alheia. A propriedade camponesa é, a princípio, indivisa, pois está para a reprodução daquele núcleo familiar, tanto que, quando a família cresce e a terra passa a não mais suprir as suas necessidades, membros jovens “saem de casa”, seja tornando-se freiras, padres, assalariados na cidade, casando-se e mudando-se para a casa do marido etc. Por isso, pode ser bastante interessante a possibilidade de uma forma de assentamento em que se respeite o desejo e necessidade da terra individual, sob o total controle

autônomo da família, associando-o a existência de áreas comuns em que o uso possa se dar de diversas formas cooperadas, coletivas ou não.

Outro ponto importante nas diretrizes das Comunas da Terra é justamente a cooperação e a solidariedade nas atividades econômicas. O trabalho cooperativo é considerado, na falas de membros do Movimento, como essencial para potencializar a produção de assentamentos que não possuem grandes extensões, no entanto, tem sido um dos grandes desafios do Movimento ao longo dos últimos anos, haja visto que esse modelo de organização baseado no indivíduo se opõe à estrutura familiar do trabalho camponês. É interessante destacar que, no entanto, muitos dos acampados e assentados das Comunas da Terra são sozinhos, principalmente homens, e muitos, tanto homens como mulheres, são bastante jovens, o que talvez possibilite maior adaptação ao trabalho cooperado. O tempo de vida dessas pessoas nas cidades talvez tenham modificado a maneira como deverão lidar com a questão da cooperação e da coletivização, que não são as mesma coisa.

Ainda que existam muitos autores que, baseando-se nas idéias de Chayanov afirmem acerca da estrutura camponesa enquanto essencialmente familiar e que portanto, exista uma relação direta entre o quanto se produz e em que fase encontra-se a estrutura familiar, no caso das Comunas da Terra, pode ser que isso esteja sendo lentamente modificado. Isso não nega, em absoluto, as idéias de Chayanov.

As Comunas começam a evidenciar o fato de já não podermos afirmar que é completamente impraticável no campesinato, o trabalho na terra sem o eixo marido-mulher. Talvez indiquem simplesmente, que o campesinato se transformou, sem deixar de ser campesinato, mas assumindo características novas, ou flexibilizando outras.

Considerações finais:

David Harvey, citando a idéia de Thomas More, em Espaços de Esperança coloca que *“todas as formas de utopia podem ser caracterizadas como utopias da forma espacial, pois a temporalidade dos processos sociais, a dialética da mudança social - a história real – são suprimidas, ao passo que a estabilidade social é garantida por uma forma espacial fixa.”* (Harvey, 2004) Essa utopia de More seria uma livre organização espacial.

Mas enfim, toda nova forma de utopia não apenas espacial mas, como afirma Harvey, dialeticamente espaço-temporal, apresenta diversos desafios. O desafio de evitar o autoritarismo da forma. De evitar a estagnação. De ser absorvido pelas estruturas hegemônicas, sejam elas econômicas ou políticas. Trata-se portanto, de que exista a produção de um espaço e de um tempo como experimentação aberta, potencialmente infinita com as possibilidades da forma espacial. Para Harvey isso seria uma ampla gama de potencialidades humanas (diferente formas de vida coletiva, de relações de gênero, de produção, de estilos de consumo, de relação com a natureza etc.)

No caso das Comunas, elas possuem ainda, o desafio da possibilidade de configuração e sustentabilidade desses assentamentos independente, ou pelo menos não subordinada, à ordem do mercado. A proximidade do mercado consumidor pode ser um elemento extremamente vantajoso na viabilidade econômica de um assentamento, mas não pode ser fator de dependência, isto é, não pode influenciar diretamente o ritmo da produção e nem a forma de organização do trabalho. *“O campo não*

pode ser concebido apenas como complementar à cidade e paisagem a ser consumida. Ele pode e deve ser portador de novas experiências que contribuam para a superação de problemas estruturais de nossa sociedade como o "apartheid social". (Marques, 2003) Um projeto de desenvolvimento rural que vise a inclusão social a partir da melhoria das condições de vida e da realização de novas atividades no campo deve se basear no processo de descentralização política e de valorização de saberes locais. Discutir alternativas para o campo apoiadas em demandas da cidade implica forte risco de manutenção da população em situação de subordinação.

Enfim, muitos são os desafios na criação desse novo campo, desse novo homem e dessa nova mulher. Muitos são os desafios no resgate desses seres humanos que se encontram hoje à margem todo e qualquer direito. As soluções certamente não estão escritas por completo, seja nos livros, seja na própria história. Talvez ela esteja nos resíduos, aos pedacinhos, nas entranhas de cada organização social. Talvez algo novo esteja se gestando dentro de cada experiência, dentro de cada aposta em algo ainda desconhecido. Precisaremos reconstruir os caminhos, reinventar os espaços e as histórias. Precisaremos nos libertar das formas para deixar que os processos criem, por fim, formas de liberdade, certamente sempre imperfeitas.

Bibliografia

Chayanov, V. Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Ed Nueva Vision. Buenos Aires, 1974.

Harvey, David. Espaços de Esperança. Editora Loyola. São Paulo, 2005.

----- Novo Imperialismo. Editora Loyola. São Paulo, 2004.

Germer, Claus. O desenvolvimento do capitalismo no campo e a Reforma Agrária in A questão agrária na década de 90. João Pedro Stédile (org). Editora da UFRGS. Porto Alegre, 1994.

Marques, Marta Inês Medeiros. A relação campo-cidade: em questão a subordinação do campo pela cidade. Trabalho apresentado no XII Encontro da AGB. Goiânia, 2003.

----- A atualidade do uso do conceito de camponês. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, 2002.

Matheus, Delweck. *Comunas da Terra – Um novo modelo de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Trabalho de conclusão do curso Realidade brasileira a partir dos grandes pensadores brasileiros. Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Florestan Fernandes. Juiz de Fora, 2003.

III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária
Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *O campo brasileiro no final dos anos 80* in A questão agrária na década de 90. João Pedro Stédile (org). Editora da UFRGS. Porto Alegre, 1994.

Woorham, Klaas. *“Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico 87. Brasília/Rio de Janeiro. Ed Tempo brasileiro, 1990.